

**Modernização do
Crédito:** nova
legislação e grupos
de trabalho.

Guilherme Rios

Presidente da Câmara Temática de
Modernização do Crédito.

AGRONEGÓCIO



Produto Interno
Bruto (PIB)

23,5%



Empregos

26%



Exportações

48,8%

O mercado de crédito está em condições adequadas ao desenvolvimento da agropecuária?

O produtor está em condições de acessar o mercado de crédito que almejamos?

Lei do Agro – Lei N° 13.986/2020

MP 897/2019 (MP do Agro)

A **Lei do Agro** representou a modernização do financiamento rural no Brasil, ampliando o acesso ao crédito por meio de novos instrumentos jurídicos, maior segurança para investidores e redução da burocracia.

CPR

- Emissão ampla;
- Liquidação financeira;
- Moeda estrangeira;
- Etc;

PRA

- Ampliação de garantias;
- Obrigações específicas;
- Múltiplas operações;
- Etc;

REGISTROS

- Registro eletrônico;
- Limitação de emolumentos;
- Matrícula PRA;
- Prazos;
- Etc;

RECURSOS

- Aumentos dos recursos;
- Segurança jurídica;
- Digitalização;
- Ambiente mais competitivo;
- Etc;

Evolução dos Títulos do Agro



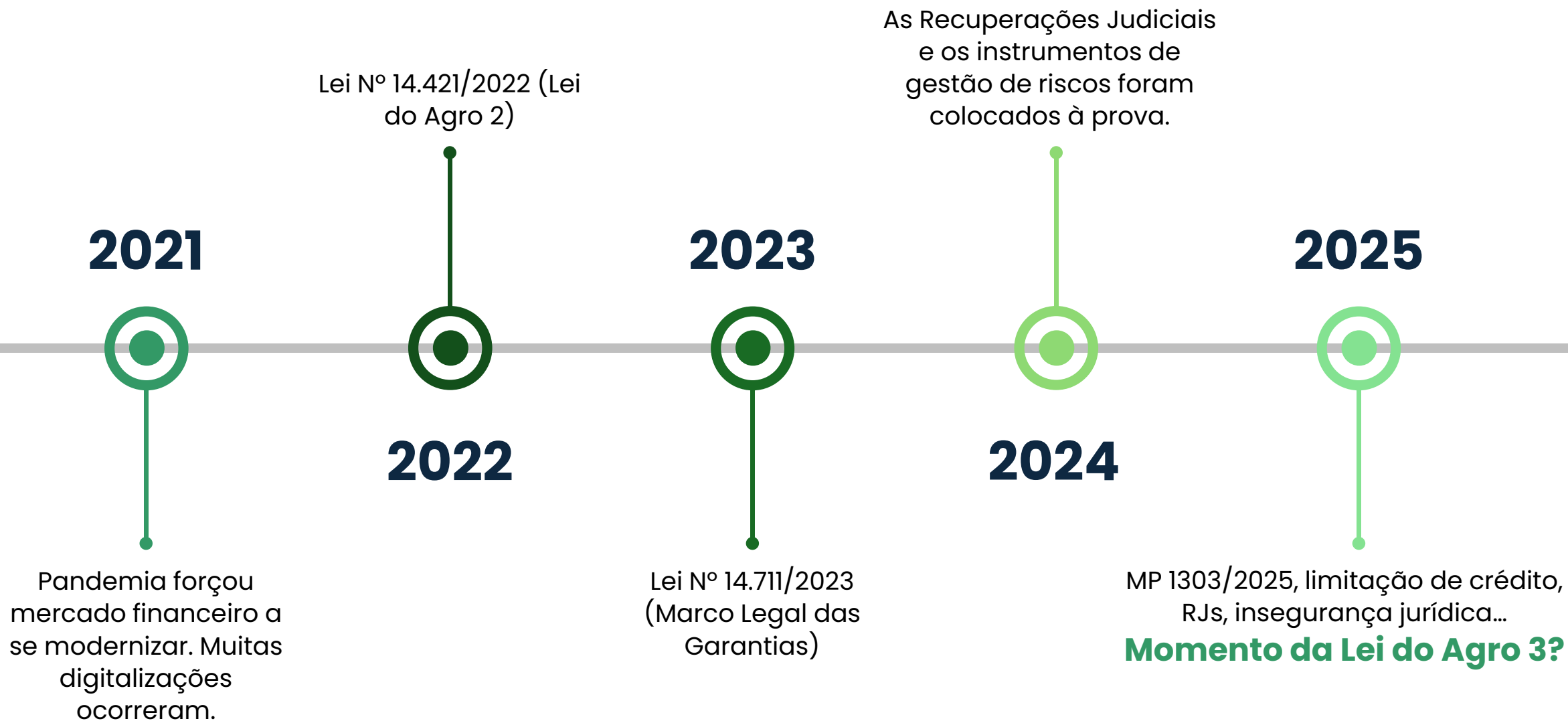
Lei do Agro



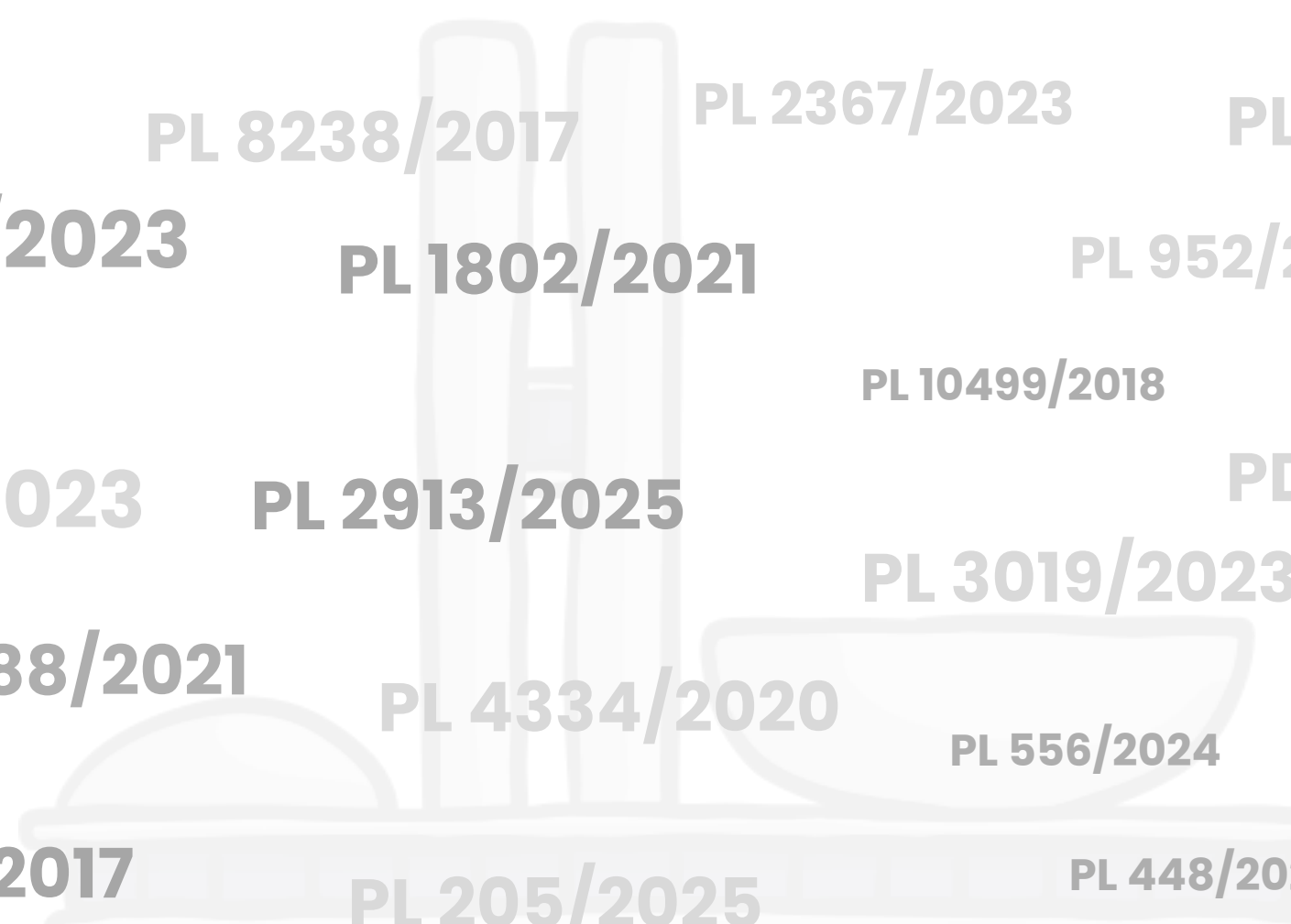
2020

Instrumentos	jun/21	jun/22	jun/23	jun/24	jun/25
CPR	55,97	156,94	258,57	350,89	516,87
LCA	124,16	267,15	420,8	472,66	587,49
CDCA	12,53	23,36	30,32	32,79	32,47
CRA	55,29	79,49	111,26	140,59	158,97
-	mar/21	mar/22	mar/23	mar/24	mar/25
Fiagro	-	3	12,2	38,09	43,1

Linha do tempo das finanças do agro



Existem diversas propostas em curso...



PL 8238/2017 PL 2367/2023 PL 845/2024

PL 5523/2023 PL 1802/2021 PL 952/2024

PL 4154/2023 PL 2913/2025 PL 10499/2018

PL 4588/2021 PL 3019/2023 PDL 55/2025

PL 4334/2020 PL 556/2024 PL 3/2024

PL 7734/2017 PL 205/2025 PL 448/2023

PLP 12/2019

Continuidade dos avanços

Os avanços trazidos pelas últimas Leis do Agro foram fundamentais para o desenvolvimento do mercado de crédito.

No entanto, ainda há espaço para aprimoramentos. Passados alguns anos das mudanças implementadas, o mercado já possui maturidade para identificar onde são necessários ajustes.



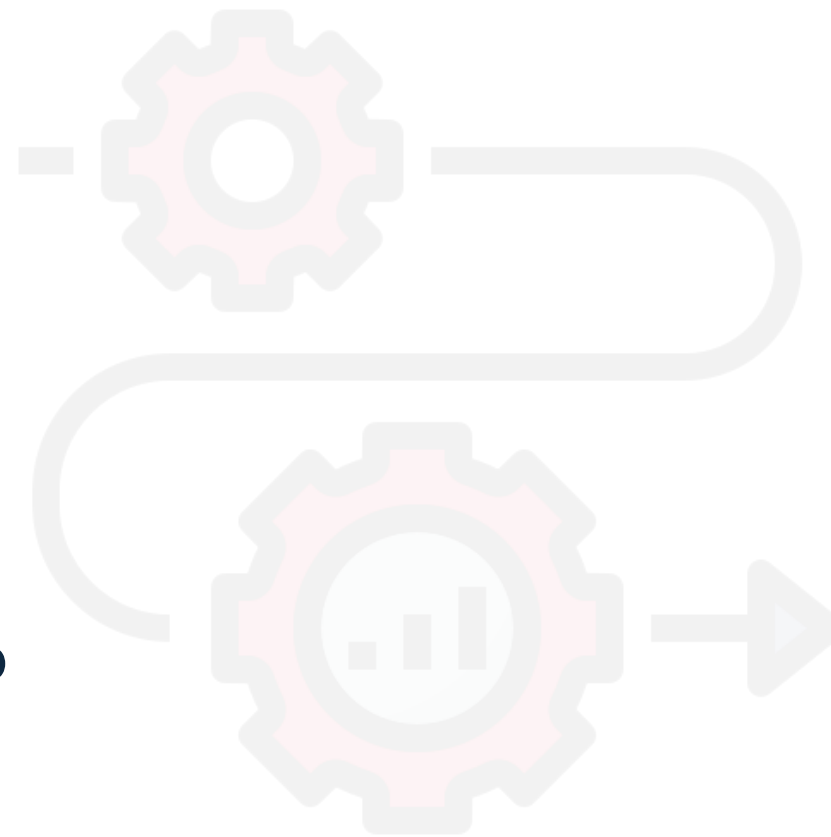
Mudanças Legais

Ajustes nas legislações do agro e criação de novos dispositivos.



Regramento Infralegal

Articulação com reguladores para a publicação de resoluções assertivas.



Itens mapeados

Títulos do Agro: CPR, CDA/WA, CDCA, CRA, Fiagros...

Os instrumentos vêm apresentando desempenho positivo e crescente adesão no mercado, contribuindo significativamente para a diversificação das fontes de financiamento do agro.

No entanto, ajustes pontuais podem fortalecer sua segurança jurídica, ampliar o acesso e consolidar seu uso de forma mais estruturada e padronizada.

Exemplos:

- Existem críticas de como as **CPRs** foram ampliadas nas últimas alterações.
- Restrição das emissões dos **CRAs**.
- **CDCA** não tem sido emitido pelas empresas e outros títulos têm sido preferidos. Por quê?
- Taxação dos **Fiagros**.

Itens mapeados

Ambiente de Negócios: É necessário aprimorar o ambiente operacional que dá suporte ao mercado, com foco em:

- Padronização e redução dos custos de registro e averbação;
- Ampliação da digitalização de garantias móveis e imóveis;
- Viabilização do fracionamento de imóveis rurais para fins de garantia - PRA;
- Integração com tecnologias emergentes, como tokenização de ativos e garantias e moedas digitais;
- Reconhecimento de cotas de fundos (inclusive Fiagros) como garantias reais;
- Interoperabilidade entre plataformas de registro, negociação e custódia;

Exemplos:

- Cartórios não têm respeitado limitação de custos de emolumentos da **Lei do Agro**.
- Registro de Garantias Móveis na **B3**?
- **Patrimônio Rural em Afetação (PRA)** – o que falta para deslanchar?
- Verificação da conformidade das CPRs – bureau de **CPRs**?
- Cédula Imobiliária Rural (**CIR**) – insegurança jurídica e falta de adesão.

Itens mapeados

Ampliação de Recursos:

- Facilitar o acesso a capital externo, com simplificação do processo de captação e registro;
- Desenvolver mecanismos eficientes de proteção cambial, incluindo maior acesso ao hedge para produtores e investidores;
- Uso de adiantamento sobre contrato de câmbio (ACC);
- Incentivar a emissão de títulos em moeda estrangeira ou atrelados ao dólar, especialmente em operações estruturadas com grandes produtores.
- Tokenização de ativos

Exemplos:

- Crédito em dólar. Qual o público? Quais ferramentas de gestão necessárias?
- Captação de recursos externos.
- Adiantamento sobre contrato de câmbio (ACC) – quais os entraves para cessão?

Itens mapeados

Segurança Jurídica: Alguns pontos de incerteza ainda fragilizam a confiança dos agentes financeiros e investidores, bem como atrapalham o acesso pelo produtor rural. São necessárias ações como:

- Maior clareza sobre os efeitos da recuperação judicial nas garantias vinculadas a títulos do agro, com preservação dos direitos do credor;
- Para o produtor rural a RJ deve cumprir sua função de ajudar a reestruturação do negócio e continuidade da atividade;
- Tratamento objetivo para impedimentos socioambientais, sem extrapolações legais;
- Mecanismos de proteção ao produtor rural, evitando abusos na formalização de garantias e práticas de vendas casadas;

Exemplos:

- **RJ:** Administrador Judicial, essencialidade de bens, “indústria da RJ”, morosidade do processo... Precisamos/devemos fazer alguma mudança?
- Resoluções CMN e extrapolações do Código Florestal.
- **Vendas Casadas** e acesso ao crédito.
- Proteção ao credor e ao produtor rural.



O que mais precisamos abordar?



Grupos de Trabalho

GT 1

Títulos do Agro

 2 coordenadores

- Mapeamento dos títulos a serem alterados.
- Interação com Mercado de Capitais.
- Construção de dispositivos.

GT 2

Ambiente de Negócio

 2 coordenadores

- Mapeamento das legislações e entraves atuais.
- Acionar entidades (B3, CERC, Anoreg...)
- Construção de dispositivos.

GT 3

Finanças e Segurança Jurídica

 2 coordenadores

- Levantamento dos itens que fragilizam a relação credor/tomador.
- Oportunidades de captação.
- Construção de dispositivos.

Participantes

A participação de todos os membros é fundamental!

Aqueles que quiserem coordenar os grupos ou participar dos trabalhos, deverão preencher formulário indicando os GTs de interesse.



Formulário será encaminhado pelo e-mail da Modercred.

Plano de Ação

Cada GT definirá seu Plano de Ação.

A ideia é fazer apresentações periódicas sobre o progresso.

- Apresentação à Modercred.
- Apresentação à FPA.
- Apresentação ao Governo (MAPA, Fazenda, CVM, Bacen...);

Refinamento de textos em conjunto.



Guilherme Rios

Presidente da Câmara
Temática de
Modernização do Crédito

Assessor Técnico da
**Confederação da
Agricultura e Pecuária do
Brasil (CNA)**

guilherme.rios@cna.org.br